

Simonsen tem receita de dois pontos contra inflação

O ex-Ministro Mário Henrique Simonsen tem uma receita para "saímos mais rapidamente da inflação: primeiro, dar um corte significativo nos gastos públicos — cortar custeio, transferências e subsídios; segundo, espremer um pouco mais os reajustes salariais e os preços administrados, como aluguéis e outros sujeitos à correção monetária". No fundo, fariamos o inverso do que aconteceu até 79/80, reconhece ele.

Para Simonsen (Ministro da Fazenda, com Geisel, e do Planejamento na primeira fase do Governo Figueiredo), o Brasil não pode ir em 83 para uma recessão, porque, na verdade, ele ainda se encontra na recessão de 81 — "só que já não estamos mais no fundo do poço". E defende o recurso a um relatório do FMI, que mostre ao mundo que o Brasil não é a América Latina.

JB — Dada a influência que o comportamento da economia internacional, particularmente a economia norte-americana, exerce sobre o Brasil, poderíamos começar por uma panorâmica da atual situação além-fronteiras?

Simonsen — A queda da taxa de juros no mercado externo, se durar, é evidentemente um sinal de recuperação, é uma espécie de ponto de partida para a recuperação da economia mundial. A crise atual tem raízes muito claras. Ela se deve à descoordenação entre a política monetária e fiscal dos Estados Unidos, caracterizada desde 1981 por um orçamento fortemente deficitário, uma política monetária muito restritiva, conseqüentemente à colocação maciça dos títulos do Governo junto ao público e a decorrente elevação da taxa de juros nos Estados Unidos.

Como a economia norte-americana é muito poderosa, no conjunto do sistema mundial essa alta taxa de juros se propagou rapidamente. Mais ainda: as altas taxas de juros nos Estados Unidos carream muitos recursos financeiros para o dólar, provocando sua valorização. Essa valorização, por um lado depressiu mais as exportações norte-americanas, contribuindo para a recessão nos Estados Unidos, e, por outro lado, o que ela poderia ter de efeitos positivos nas economias do Japão e da Alemanha, ela também teve de efeitos negativos, via inflação.

Aí, há um acidente que merece ser destacado: os Estados Unidos são uma economia muito fechada, no sentido de que as importações e as exportações pesam muito pouco no produto interno bruto. Assim, uma valorização do dólar tem um efeito antiinflacionário muito pequeno. Mas, nas economias do Japão e da Alemanha, uma desvalorização de ien e do marco alemão correspondente à valorização do dólar, tem um impacto inflacionário muito mais significativo, já que essas economias são muito mais abertas.

Um exemplo: o petróleo é pago em dólares e, portanto, quando se tem uma desvalorização do ien ou do marco alemão, isso gera um impacto inflacionário na Alemanha e no Japão. Esses dois países tomaram também medidas restritivas para evitar a inflação. Com isso, as três locomotivas do mundo — Estados Unidos, Alemanha e Japão — ficaram: dois em recessão aguda, Estados Unidos e Alemanha, e a terceira, o Japão, num crescimento muito mais lento do que costumava ter.

JB — Com isso o quadro estaria completo?

Simonsen — Não. Fora isso houve uma série de outras crises. A Inglaterra, cuja resistência dos sindicatos, conjugada com uma política monetária austera, criou um desemprego que já chegou a mais de 13%. A França vive hoje a experiência de um socialismo romântico com poucas possibilidades de êxito e taxa de desemprego também muito alta. Os episódios hispano-americanos — México, Argentina, Chile, Venezuela. Então, tem-se aí esse elenco e mais os problemas do Leste europeu que se agravaram. Tem-se hoje, assim e certamente,



Simonsen vê o Brasil ainda em recessão, mas não no fundo do poço

um dos panoramas da economia mundial mais desfavorável desde a década de 30.

Não se pode atribuir exclusivamente esse panorama ao problema dos juros norte-americanos, já que houve erros específicos em outros países. O México teve a sua economia deteriorada por erros básicos em sua política interna, comprometendo o seu futuro de uma forma completamente imprudente. O Chile congelou a sua taxa de câmbios de pesos por dólares por três anos e tem aí a origem de todos os seus problemas. A Argentina, entre 1978 e março de 1981, viveu aquele período de artificialismo cambial que também foi mais uma vez a origem de todas as suas dificuldades. De qualquer forma, os altos juros norte-americanos constituem um fator muito importante nesse cenário desfavorável mundial.

Na medida em que haja uma mudança na mistura monetária e fiscal dos Estados Unidos, no sentido de uma política monetária um pouco mais frouxa e de uma política fiscal mais apertada, ou seja, um orçamento bem menos deficitário e que isso mantenha as taxas de juros em níveis bem mais baixos, como está acontecendo agora, realmente existem as condições para a recuperação da economia mundial. Isso também deve gerar uma revalorização do marco alemão e do iene, conseqüentemente, uma certa desvalorização do dólar, o que é bom para toda a economia mundial e para a economia norte-americana, que passa a exportar mais, e é bom para o Brasil, já que o Brasil deve em dólares, organiza todo o seu sistema cambial na base do dólar. Torna, pois, bem mais competitivas as nossas exportações.

Se essa queda da taxa de juros norte-americana for um fenômeno definitivo e não apenas uma calmaria pré-eleitoral nos Estados Unidos, estão criadas as condições para se ter um ano de 1983 bem mais favorável.

JB — Não estarão aí alguns sinais de revisão da política norte-americana, uma vez que o Governo Reagan começou defendendo e conseguindo um corte de impostos visando a revitalização da economia dos Estados Unidos e, agora, conseguiu do Congresso a aprovação de um projeto que restabelece uma situação anterior?

Simonsen — Na verdade, nota-se um retrocesso. Aquele corte inicial de impostos do Governo Reagan foi a maior imprudência que se poderia cometer. Se for perguntado a qualquer dona de casa o que ela vai fazer para equilibrar seu orçamento, ela vai responder que ou aumenta os impostos ou corta as despesas. Nunca ninguém começa cortando impostos, quando já tem um problema orçamentário. A verdade é uma só: a teoria em que se basearam as atitudes iniciais do Governo Reagan não tinham

qualquer fundamento. Mas, há teorias que não têm qualquer fundamento, que não resistem a Aristóteles, mas agradam a certas pessoas, que gostariam que elas fossem verdadeiras.

Ninguém gosta de pagar impostos. Então, todo o mundo gostaria que existisse uma boa teoria que justificasse as nações não precisarem de cobrar impostos. E isto acontece nos Estados Unidos, o que mostra, na verdade, que cometer erros não é privilégio dos países latino-americanos. Os Estados Unidos têm uma bela história de erros cometidos em política econômica. Esse foi um e dos mais dramáticos dos últimos tempos.

JB — E quais as conseqüências de tudo isso na realidade imediata do Brasil? Pode-se acalantar a tese da reconquista da esperança?

Simonsen — Na verdade, isso dá alguma esperança, sim. Mas, de outra parte, há a necessidade de o Brasil ter um certo ativismo. Estamos assistindo a essa série sucessiva de moratórias em países da América Latina. Nesta hora, portanto, torna-se necessário que o Brasil mostre que tem uma política econômica bem mais responsável, que administra bem a sua dívida, para que os erros dos outros não levem a que o Brasil surja englobado no todo latino-americano com erros. É necessário, em suma, que os financiadores internacionais destruam o conceito da América Latina como um bloco. Seria bom, por exemplo, que o Brasil conseguisse um relatório favorável do Fundo Monetário Internacional, não apenas em relação à sua situação atual, mas igualmente em relação às medidas que o Governo pretenda tomar.

JB — A condução justifica esse relatório?

Simonsen — A condução da economia nacional este ano foi, um pouco, a continuação do ano passado. Mereceu alguns elogios do Fundo, já que, na verdade, estamos com alguns resultados que, não sendo brilhantes em termos de comércio internacional, revelam que o esforço foi grande. Esses resultados não foram tão brilhantes em conseqüência da queda dos preços das commodities e pela retração da economia mundial. Agora, acredito que com algumas medidas a mais, principalmente no sentido de uma maior austeridade nos gastos públicos — talvez até no sentido de algum ajuste na política salarial, dentro da lei — poderíamos merecer grandes aplausos num relatório do Fundo Monetário Internacional.

O que se pretende, pois, é que exemplos como o da Argentina, do México, etc., não contaminem a imagem do Brasil no mercado financeiro internacional. Porque, em situações como a que estamos vivendo, podem ocorrer duas reações dos financistas internacionais: já que não vamos mais emprestar para a Argenti-

na, para o México, para o Chile, vamos nos concentrar em um cliente bom, que é o Brasil; mas pode haver outra reação: todos os países latino-americanos estão em crise, o Brasil até hoje tem administrado bem a sua dívida externa, pagando em dia, mas nunca sabemos o que poderá vir a acontecer e, neste caso, poderia acontecer da parte deles uma retração, com problemas sérios.

JB — Mas essa retração não seria um desastre também para eles? Não podemos supor que eles se empenharão a fundo para que o Brasil, em vez de rolador da sua dívida, se transforme em mais um país em moratória?

Simonsen — A realidade é que o sistema financeiro não é um banco só, uma pessoa, que nesse caso seria fácil convencer que se ele se retrair vai ser mau para o Brasil, mas para ele também. Mas, como estaremos lidando com quinhentos bancos, é difícil que todos eles estejam de acordo. É importante que o sistema bancário aumente seus empréstimos ao Brasil, mas como um todo. Não serve essa situação em que um banco acha que os outros todos devem emprestar, mas ele não quer emprestar.

Ai é que me parece muito importante esse trabalho iniciado pelo Langoni (presidente do Banco Central) há uns três meses atrás, de mostrar que o Brasil é diferente. Esse trabalho deve ter continuidade no Governo — através do Ministro Delfim, do Ministro Galvêas e todos mais. Acho que conversar com os banqueiros, nesta hora, é extremamente importante. Em segundo lugar, acho que um relatório elogiativo do Fundo, neste momento, seria muito oportuno.

JB — O empresariado teme que o Governo esteja à beira de ser obrigado a provocar uma nova recessão. Então, a curto prazo, como fica a situação?

Simonsen — Não vejo razão para isso. Em primeiro lugar porque nós ainda não saímos totalmente da recessão de 1981. Não estamos mais no fundo do poço, já começamos a sair, mas ainda não estamos num crescimento eufórico.

JB — Como podemos acelerar esse processo?

Simonsen — Para sairmos mais rapidamente da inflação, teremos que fazer duas coisas: número um, dar um corte significativo nos gastos públicos — custeio, transferências e subsídios. Quando se cortam investimentos, cria-se recessão, porque se gera menos encomendas às indústrias de bens de capital; quando se corta subsídios e transferências, têm-se muito menos efeitos recessivos. Em segundo lugar, também seria necessário que fossem um pouco mais espaçados os reajustes salariais e igualmente dos preços administrados, como aluguéis, os sujeitos à correção monetária, etc.

No fundo, deve estabelecer-se o inverso do que aconteceu de 79 para 80. Até 79 tínhamos reajustes salariais uma vez por ano e a inflação era de 40% ao ano; passamos a ter reajustes salariais de seis em seis meses e a inflação passou a ser de 40% ao semestre. Neste quadro, os trabalhadores não se beneficiaram nada com isto. E, assim, resta reverter a situação.

JB — E A CONDUÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA?

Simonsen — Com um corte dos gastos públicos, a política monetária fica muito mais fácil de administrar. O que o Banco Central pode fazer é apertar um pouco mais a moeda, lançando mais títulos no open market. Tem algum efeito antiinflacionário, mas que é diluído pela alta de juros, aumento de velocidade de circulação da moeda e pela própria perda de um conceito claro do que seja moeda numa economia atual. Se você tiver queda de juros no mercado externo, ela terá um efeito nas taxas do mercado interno. Mas se vier o open pressionando as taxas internamente, os resultados não serão brilhantes.